

MF-CVM-COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS/RJ

Estudo Técnico Preliminar 67/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 19957.011484/2025-16

2. Histórico

Data	Versão	Descrição	Autor
06/01/2026	1.0	Versão preliminar encaminha à GELIC	Henrique de H. Cavalcanti
22/01/2025	2.0	Versão com ajustes apontados pela GELIC feitos	Henrique de H. Cavalcanti
12/03/2026	3.0	Versão com ajustes apontados pela PFE feitos	Henrique de H. Cavalcanti

3. Descrição da necessidade

3.0. Desde a criação do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – e da ICP-Brasil, em 2001, a utilização de certificados digitais tornou-se prática essencial na Administração Pública Federal. Em 2025, o número de certificados ativos atingiu 11.444.328, frente a 2.060.269 em 2024, de acordo com o sítio "ITI em Números" (<https://numeros.iti.gov.br>) representando crescimento superior a 540%, o que reforça a relevância dessa tecnologia para órgãos públicos e iniciativa privada.

No âmbito da CVM, a emissão de certificados digitais iniciou-se em 2018, contemplando e-CPF para os níveis estratégico e tático, além de e-CNPJ, em razão da obrigatoriedade de acesso a sistemas governamentais como SCDP e ComprasNet (atualmente compras.gov.br). Em 2021, foi celebrado contrato 007/2021 com o Serpro para emissão de e-CPF A3 integrado ao SIGEPE, funcionalidade exclusiva e essencial para gestão dos requerimentos dos servidores.

Contudo, ao longo da vigência do contrato 007/2021, foram identificadas demandas recorrentes por certificados e-CNPJ e SSL A1, não previstas neste instrumento, gerando instruções processuais anuais para aquisição. Assim, a presente contratação visa manter os serviços existentes e ampliar seu escopo, garantindo economia financeira, compatibilidade com preços de mercado e redução de custos administrativos e processuais.

3.1. Essa necessidade é atendida por solução uma solução de tecnologia da informação e comunicação que é o objeto desta contratação

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Serviço ao Usuário - DSSU	Marcelo Cunha

5. Necessidades de Negócio

- 5.1. Disponibilizar aos servidores da Autarquia um serviço seguro e padronizado para emissão de certificados digitais, acessível mediante requerimento pela plataforma SouGov.br.
- 5.2. Atender à necessidade de proteção adicional em equipamentos e aplicações que, por sua natureza, exigem uma camada extra de segurança proporcionada pelo uso de certificação digital.
- 5.3. Assegurar a conformidade com as normas e padrões estabelecidos pela ICP-Brasil, bem como demais regulamentações aplicáveis.
- 5.4. Garantir suporte técnico e orientação aos servidores durante todo o ciclo de vida do certificado digital, incluindo emissão, instalação e renovação.

6. Necessidades Tecnológicas

6.1. Certificados e-CPF A3

- Deve haver integração com a plataforma **SouGov.br**, permitindo que o(a) servidor(a) solicite o certificado digital diretamente pelo aplicativo móvel;
- O certificado deve ser do tipo **em nuvem**, dispensando o uso de dispositivos criptográficos físicos (como tokens, por exemplo);
- Deve ser compatível com todos os sistemas estruturantes do Governo Federal e constar na lista de opções de autenticação por certificado em nuvem dos respectivos sítios.

6.2. Certificados e-CNPJ A3

- Deve ser do tipo **em nuvem**, sem necessidade de dispositivo físico.
- Deve ser compatível com todos os sistemas estruturantes do Governo Federal e constar na lista de opções de autenticação por certificado em nuvem dos respectivos sítios.

6.3. Certificados e-CNPJ A1

- Deve permitir integração do sistema **CVM** com o **SISCOAF**, para viabilizar a declaração das pessoas obrigadas.

6.4. Certificados SSL A1

- Deve possibilitar integração da aplicação **CVM** com a **Receita Federal** para autenticação.
- Será utilizado para geração de CPF e CNPJ de **Investidores Não Residentes (INR)**, bem como CNPJ de fundos de investimento.
- Deve existir um canal único para solicitação dos demais tipos de certificados (e-CNPJ e SSL A1).

6.1. Requisitos Gerais

- Todos os certificados devem ser emitidos por Autoridade Certificadora Brasileira credenciada à **Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)**.

7. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

7.1. Deve ser disponibilizado, mensalmente, um relatório contendo a lista de certificados emitidos no período, incluindo, no mínimo, as seguintes informações:

- i. data da solicitação
- ii. nome e CPF do solicitante
- iii. indicação do período de abrangência do relatório.

8. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

8.1 Previsão de consumo

A previsão de consumo de certificados digitais a partir de março/2026 é a seguinte:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Emissão de certificado digital A3, sem token, pessoa física, validade 3 anos, com integração com o SIGEPE/SouGov.br	27219	Unidade	450
2	Emissão de certificado digital A3, sem token, pessoa jurídica, validade 3 anos	27227	Unidade	6
3	Emissão de certificado digital A1 para pessoa jurídica, validade 1 ano	27162	Unidade	5
4	Emissão de certificado digital SSL A1	27170	Unidade	10

8 Estimativa de quantitativos de certificados

Item1 - Emissão de certificado digital A3, sem token, pessoa física, validade 3 anos, com integração com o SIGEPE/SouGov.br

No atual contrato, 07/2021, a estimativa era que seriam emitidos 452 certificados ao longo de 5 anos.

O quantitativo emitido foi de, aproximadamente, a metade, 206 unidades até o momento, conforme dados do SERPRO obtidos na área do cliente:

Ano	Quantidade
2021	44
2022	34
2023	20
2024	57
2025	48
2026	3
Total Geral	206

Vários fatores contribuírem para essa emissão pela metade do estimado. Entre eles destacamos:

- saída de servidores da CVM sem a imediata reposição;
- poucos servidores e movimentados acessando sistemas com obrigatoriedade de utilização de certificados.

A atual situação da CVM é bastante diferente de alguns anos atrás:

- entrada de um grande número de novos servidores a partir de 2025 que poderão necessitar de certificados em suas atividades;

- necessidade de renovação de dos certificados emitidos a a partir de 2023;
- aumento do número de sistemas da Administração Pública Federal e outras instituições que exige certificados para acesso;

Dessa forma, a equipe de planejamento da contratação achou prudente manter a mesma estimativa de emissão de certificados do contrato anterior.

Item 2 - Emissão de certificado digital A3, sem token, pessoa jurídica, validade 3 anos

Tais certificados são necessários para que a alta direção da CVM tenha acesso a sistemas estruturantes do Governo Federal.

Como existe substituição do Presidente por algum diretor, em caso de férias, licenças e vacância do cargo, a equipe de planejamento da contratação achou prudente prever 5 certificados, um para cada diretor, para os casos mencionados acima e um de reserva caso um deles perca o aparelho celular, o que totalizam seis unidades

Item 3 - Emissão de certificado digital A1 para pessoa jurídica, validade 1 ano

Esse certificado é necessário para a integração do sistema CVM com o SISCOAF, para viabilizar a declaração das pessoas obrigadas.

É previsto a emissão de um por ano, totalizando cinco unidades.

Item 4 - Emissão de certificado digital SSL A1

São necessárias a emissão de dois desses certificados, por ano, para as seguintes aplicações:

- integração da aplicação CVM com a Receita Federal para autenticação;
- geração de CPF e CNPJ de Investidores Não Residentes (INR), bem como CNPJ de fundos de investimento.

Ao final do contrato serão emitidas dez unidades desse certificado.

9. Levantamento de soluções

9.1. Solução 1 – Contratação de Serviço para Emissão de Certificados com Token

Esta solução atende aos requisitos de negócio e tecnológicos para parte do objeto, especificamente os certificados e-CPF A3 e e-CNPJ A3. Contudo, deixou de ser utilizada pelos servidores da CVM desde 2021, quando foi celebrado o contrato nº 007/2021 entre a CVM e o SERPRO. À época, o objeto contemplava 39 (trinta e nove) itens do tipo e-CPF A3, que não foram consumidos durante a vigência do referido contrato.

Não há restrições quanto à emissão dos demais certificados.

9.2. Solução 2 – Contratação de Serviço para Emissão de Certificados em Nuvem

Esta é a solução atualmente adotada pelos servidores da CVM, representando um caso bem-sucedido de substituição tecnológica: a troca do token físico pelo smartphone, dispositivo essencial para qualquer cidadão nos dias atuais.

É importante mencionar que o certificado emitido em nuvem tem um custo menor devido a não necessidade do token físico.

Não há restrições quanto à emissão dos demais certificados.

10. Análise comparativa de soluções

10.1. Dos cenários da contratação de cada solução

Além da identificação das soluções, estas foram analisadas sob a perspectiva do agrupamento dos itens na contratação, ou seja, adjudicação por item ou por lote único, conforme descrito a seguir.

10.1.1. Cenário 1 – Solução 1: Emissão de Certificados com Token – Adjudicação por Item

Esta solução atende a todos os requisitos, porém não é utilizada pelos servidores da CVM desde 2021.

Adicionalmente, a contratação por itens individualmente, embora possível, implicaria na divisão do objeto — composto por dois serviços comuns — em dois processos distintos: um por inexigibilidade (item atendido exclusivamente pelo SERPRO) e outro por dispensa de licitação para os demais, que podem ser fornecidos por outros fornecedores. Essa fragmentação resultaria na necessidade de instrução e análise de, no mínimo, um processo adicional, gerando custo administrativo desnecessário.

10.1.2. Cenário 2 – Solução 1: Emissão de Certificados com Token – Adjudicação por Lote Único

O principal benefício seria a redução do custo processual. Todavia, como se trata de uma solução não mais utilizada no ambiente da CVM, ainda que viável, este cenário foi descartado.

10.1.3. Cenário 3 – Solução 2: Emissão de Certificados em Nuvem – Adjudicação por Item

A solução atende plenamente aos requisitos. Contudo, conforme já mencionado neste estudo, a desvantagem é o custo administrativo decorrente da instrução de dois processos de contratação e, conseqüentemente, da gestão e fiscalização de serviços prestados por dois ou mais fornecedores distintos.

10.1.4. Cenário 4 – Solução 2: Emissão de Certificados em Nuvem – Adjudicação por Lote Único

A solução atende plenamente aos requisitos, apresentando como vantagem a economia administrativa, resultante da instrução de um único processo de contratação, além da simplificação da gestão contratual, concentrada em um único fornecedor.

11. Registro de soluções consideradas inviáveis

A análise não aponta inviabilidade técnica ou econômico-financeira das soluções e seus cenários de contratação.

No entanto, constatou-se que a Solução 2, no Cenário 4 (vide item 10.1.4) apresenta maior vantajosidade para a CVM já que permite economia administrativa, resultante da instrução de um único processo de contratação, além da simplificação da gestão contratual, concentrada em um único fornecedor.

12. Análise comparativa de custos (TCO)

Como verificamos na seção 11, a Solução 2, no Cenário 4 (vide item 10.1.4) apresenta maior vantajosidade para a CVM.

Dessa forma, a análise comparativa de custos será feita tendo ela como paradigma

12.1. Da pesquisa de preços

Foi realizada Pesquisa de Preços número 23/2026, a partir da qual constatou-se que o Coeficiente de Variação CV) apontada nela é muito alto para todos os quatro tipos de certificado.

Tradicionalmente utilizam-se as seguintes interpretações do CV:

- **CV < 15%:** Baixa dispersão, dados homogêneos e consistentes.
- **CV entre 15% a 30%:** Dispersão média.
- **CV > 30%:** Alta dispersão, dados heterogêneos e mais instáveis.

Quanto maior o CV, mais os dados são heterogêneos, sugerindo que foram associados serviços com características distintas com o mesmo código. Não é razoável fazer uma comparação de preços com dados tão heterogêneos pois os resultados tendem a ser equivocados.

Devido a constatação de CVs altos, procedemos a uma nova pesquisa de preços conforme o Art. 5º, III, da IN SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021 coletando preços em sítios eletrônicos especializados, na data de 21/01/2026, calculamos a média, o desvio padrão e o CV para todos os quatro tipos de certificados. Os sítios especializados são os das empresas Certisign, Soluti e Valid.

Os dados dessa nova pesquisa bem como a planilha de comparação foram anexados ao processo SEI 19957.011484/2025-16

Em seguida ,comparamos o valor do CV dessa coleta com o da Pesquisa de Preços.

Como último passo, utilizamos a pesquisa com o menor CV para comparar com os preços do SERPRO.

Os resultados estão abaixo para cada um dos quatro tipos de certificados

12.1.1 e-CPF A3, três anos

Fonte	Média	Mediana	Coeficiente de Variação
Pesquisa de Preços	R\$ 225,9497	R\$ 79,50	209,2411%
Sites Especializados	R\$ 272,1333	R\$ 252,00	16,7786

Comparação preço SEPRO X mediana da fonte com menor CV

Fonte	Valor
Preço SERPRO	R\$ 75,27
Mediana Sites Especializados	R\$ 252,00

Valor a ser utilizado: R\$ 75,27

12.1.2 e-CNPJ A3, três anos

Fonte	Média	Mediana	Coeficiente de Variação
Pesquisa de Preços	R\$ 192,9864	R\$ 69,50	255,6275%
Sites Especializados	R\$ 358,6333	R\$ 340,00	14,6367%

Comparação preço SEPRO X mediana da fonte com menor CV

Fonte	Valor
Preço SERPRO	R\$ 235,41
Mediana Sites Especializados	R\$ 340,00

Valor a ser utilizado: R\$ 235,41

12.1.3 e-CNPJ A1, um ano

Fonte	Média	Mediana	Coeficiente de Variação
Pesquisa de Preços	R\$ 1.444,9319	R\$ 1.126,50	156,0360%
Sites Especializados	R\$ 237,6333	R\$ 235,00	15,1588%

Comparação preço SEPRO X mediana da fonte com menor CV

Fonte	Valor
Preço SERPRO	R\$ 205,36
Mediana Sites Especializados	R\$ 235,00

Valor a ser utilizado: R\$ 205,36

12.1.4 SSL A1, um ano

Fonte	Média	Mediana	Coefficiente de Variação
Pesquisa de Preços	R\$ 2.060,5139	R\$ 1.050,00	133,2061%
Sites Especializados	R\$ 2.402,3733	R\$ 2.418,90	12,257%

Comparação preço SEPRO X mediana da fonte com menor CV

Fonte	Valor
Preço SERPRO	R\$ 1.181,30
Mediana Sites Especializados	R\$ 2.418,90

Valor a ser utilizado: R\$ 1.181,30

12.3. Do Custo Total de Propriedade (TCO)

Segue abaixo o custo total de propriedade estimado para prestação do serviço a ser contratado, utilizando os preços do SERPRO que foram todos inferiores à mediana dos sites especializados consultados.

Ano	2026	2027	2028	2029	20360
Emissões					
e-CPF A3	90	90	90	90	90
e-CNPJ A3	2	1	1	1	1
e-CNPJ A1	1	1	1	1	1
SSL A1	2	2	2	2	2
Custo anual (R\$)	9.813,08	9.577,67	9.577,67	9.577,67	9.577,67
TOTAL (R\$)	48.123,76				

Notas:

- 1) A distribuição é estimada.
- 2) Cada certificado A3 tem validade de três anos, sendo necessária nova emissão em caso de certificado expirado ou revogado.
- 3) Cada certificado A1 é válido por um ano, sendo necessária nova emissão anualmente, antes de sua expiração ou sua revogação (por comprometimento da sua segurança).
- 3) Não há custo adicional além do relacionado a cada emissão.

13. Descrição da solução de TIC a ser contratada

Após a análise das soluções e possíveis cenários de contratação, foi escolhida aquela descrita sucintamente no item 10.1.4. Cenário 4 – Solução 2: Emissão de Certificados em Nuvem – Adjudicação por Lote Único, a qual contempla todos os certificados.

Desta forma, o objeto a ser contratado é o Serviço de emissão de certificados digitais em nuvem, tipos e-CPF A3 e e-CNPJ A3, certificados e-CNPJ A1 e certificados SSL A1, o qual será melhor descrito e detalhado no Termo de Referência oriundo deste estudo técnico preliminar.

14. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 48.123,76

O custo total da contratação é estimado em quarenta e oito mil, cento e vinte e três reais e setenta e seis centavos.

15. Justificativa técnica da escolha da solução

A utilização de certificados digitais em nuvem pela força de trabalho da CVM é uma realidade consolidada desde 2021. A manutenção dessa tecnologia reduz significativamente a curva de aprendizado, inclusive para novos servidores, e contempla também o uso do e-CNPJ A3, ainda que em menor escala.

No caso dos certificados A1, a eliminação das aquisições anuais representa economia processual e economia de tempo para a área técnica. Esse tempo pode ser direcionado para atividades mais relevantes, como planejamento de contratações, prospecção tecnológica e até tarefas operacionais.

Além disso, a gestão técnica centralizada de itens similares proporciona maior eficiência, especialmente na agilidade para emissão dos certificados solicitados.

Como foi visto na seção 12, o preço contratado é compatível e, até inferior ao praticado no mercado.

16. Justificativa econômica da escolha da solução

O valor estimado desta contratação é inferior a dez mil reais por ano, considerado ínfimo se comparado ao orçamento anual da CVM, e dada a importância dos itens que compõem seu objeto. Adicionalmente, a relevância do objeto desta contratação só aumenta a cada ano.

Destaque-se a economia financeira advinda da consolidação dos serviços de emissão de certificados dos diversos tipos utilizados na CVM, com ganho de escala proporcionado pela quantidade estimada de certificados e-CPF somada aos certificados adicionais, o que não seria possível separadamente.

Por fim, a escolha do fornecimento pelo SERPRO fundamenta-se no disposto no inciso IX do Art. 75 da Lei Nº 14.133, 2021:

"para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;"

Como foi visto na seção 12, o preço contratado é compatível e até inferior ao praticado no mercado.

Por fim, como determina o art. 9º, VII, da IN SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022, a justificativa para o não parcelamento da solução é economia administrativa, resultante da instrução de um único processo de contratação, além da simplificação da gestão contratual, concentrada em um único fornecedor, que apresenta preços, inclusive, inferiores aos praticados no mercado.

17. Benefícios a serem alcançados com a contratação

17.1. Garantir a manutenção do serviço de emissão de certificados digitais já estabelecido para os servidores da CVM, assegurando continuidade, confiabilidade e conformidade com os padrões de segurança vigentes.

17.2. Ampliar o escopo do serviço de emissão, contemplando novos tipos de certificados digitais adquiridos individualmente e de forma anual, promovendo economia processual ao eliminar a necessidade de abertura e instrução de processos administrativos para cada aquisição.

17.3. Assegurar o atendimento imediato às demandas por certificados digitais, especialmente aquelas relacionadas aos novos tipos contemplados pelo objeto desta contratação, garantindo agilidade e eficiência na disponibilização do serviço.

18. Providências a serem Adotadas

18.1. Não há providência a ser adotada no ambiente da CVM.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

O objeto a ser contratado caracteriza-se como serviço comum, disponibilizado, total ou parcialmente, por diversos fornecedores no mercado.

Embora exista uma necessidade específica, esta é atendida pelo Serpro, ente da Administração Pública com o qual a CVM mantém contrato vigente para parte do objeto desta contratação.

Adicionalmente, a pesquisa de preços nº 23/2026 e pesquisa em sites especializados comprovaram que os valores apresentados pelo Serpro, constantes em sua minuta de contrato com força de proposta comercial, são compatíveis com os praticados no mercado e, até mesmo, inferiores.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HENRIQUE DE HOLLANDA CAVALCANTI

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/03/2026 às 17:44:50.

MARCELO DE ASSIS CUNHA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/03/2026 às 18:16:53.

Despacho: Processo 19957.011484/2025-16, despacho 2566509

NORTON PERES GAETA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/03/2026 às 20:43:05.